

Projeto: Entre a Casa, as Ruas e as Instituições: crianças e adolescentes em situação de rua e as instituições de acolhimento no estado do Rio de Janeiro

Levantamento da Produção Acadêmica sobre Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes (2000-2019)

Coordenação: Irene Rizzini (PUC-RIO/CIESPI - Apoio: FAPERJ/CNE)

Ficha

1) Referência – CAVALCANTE, Lília Iêda Chaves; SILVA, Simone Souza da Costa; MAGALHÃES, Celina Maria Colino. Institucionalização e reinserção familiar de crianças e adolescentes. Revista Mal-estar e subjetividade (Fortaleza), vol. X, Nº 4, p. 1147-1172, dez/2010.

2) Resumo e Palavras-Chave – Este artigo traz reflexões sobre a reinserção familiar de crianças e adolescentes institucionalizados, apresentando estratégias e procedimentos necessários à preparação do seu retorno à convivência em família. Discute aspectos históricos e teóricos que caracterizam a família e o abrigo como contextos primários e abrangentes de desenvolvimento humano, especialmente nas circunstâncias de vida em que a criança e o adolescente se encontram em situação de vulnerabilidade social e existe grave ameaça à sua integridade física, psicológica e moral. Apresenta resultados de estudos e pesquisas que procuram revelar as condições em que a criança e adolescente vivenciam transições importantes como o seu afastamento do núcleo familiar e posterior acolhimento por uma instituição de abrigo. Assim como discute questões trazidas por diversos autores acerca dos limites e possibilidade do processo de desligamento de um programa de acolhimento institucional e o caminho de volta para casa sob a ótica dos sujeitos envolvidos. Destaca, sobretudo, a importância de medidas sociais adotadas pela instituição para preservar e fortalecer os vínculos familiares, promovendo um retorno rápido e seguro ao convívio com os pais e demais familiares. Situa a discussão do direito à convivência familiar no campo da política de atenção às necessidades básicas e especiais da criança e do adolescente em situação de vulnerabilidade social, assim como o valor dessa experiência para o desenvolvimento humano.

Palavras-chave: criança; adolescente; abrigo; institucionalização; reinserção familiar.

3) Objetivo do estudo – Este artigo levanta uma discussão reflexiva acerca da criação de estratégias mais eficazes de reinserção familiar de crianças e adolescentes atendidos em instituições do tipo asilar, no sentido de prevenir a permanência precoce e prolongada na instituição, o reingresso na rede de abrigos e os efeitos nocivos dessa experiência para um desenvolvimento humano rico em possibilidades.

4) Tipo de pesquisa – Qualitativa.

5) Período da pesquisa – Não identificado.

6) Forma de coleta de dados –Leitura de pesquisas e autores que discutem aspectos relacionados a institucionalização de crianças e adolescentes, busca compreender os limites e possibilidades do processo de desligamento de um programa de acolhimento institucional, o papel da família, das instituições de acolhimento e das políticas públicas que promovem o desenvolvimento social dos sujeitos envolvidos no acolhimento institucional.

7) Forma de análise dos dados produzidos / referencial teórico – Subtende-se que o autor realizou pesquisa documental e bibliográfica a fim de realizar as reflexões apresentadas. Acerca do desenvolvimento humano a partir das interações sociais e familiares, tem como referencial os estudos de Bronfenbrenner (1986); Donzier, Stovall, Albus e Bates, 2001); Martins e Szymanski (2004); Vasconcelos, Yunes e Garcia, (2009). Acerca do abrigo enquanto contexto de desenvolvimento busca em De Antoni e Keller (2001); Marques e Czermak (2008) e Spitz (1965/1998) as bases históricas de estudos sobre o tema. Ainda sobre as instituições de acolhimento, aprofunda os estudos acerca do ambiente como campo de trocas embasado nos estudos de Carvalho (2002), Siqueira e Dell'Aglio (2006) e Yunes, Miranda e Cuello (2004) e também Zeanah, Smyke, Koga e Carlson (2005). Sobre as razões e condições que levam ao acolhimento institucional na realidade brasileira, as autoras tem como referência os estudos de Carvalho (2002); Cavalcante, Magalhães e Pontes (2009); Salina-Brandão e William (2009); Silva (2004); Rizzini e Rizzini (2004); Rotondaro (2002). Para analisar a crítica à institucionalização enquanto medida de proteção expões os estudos de Azor e Vectore (2008); Marques e Czarmak (2008); Siqueira e Dell'aglio (2007); Zeanah, Smyke, Koga e Carlson (2005).

8) Resultados / dados produzidos – Pode-se afirmar que o caminho de volta pra casa está atrelado à capacidade de profissionais e autoridades da área serem sensíveis às demandas de atenção e afeto presentes nos cuidados destinados à criança e ao adolescente na instituição, bem como a adoção de uma perspectiva crítica diante de preconceitos sociais e julgamentos morais, posto que costuma gerar uma visão superficial, equivocada e discriminatória das suscetibilidades individuais e familiares. Quanto ao trabalho desenvolvido pelas equipes técnicas das instituições de acolhimento, compreende-se que o trabalho multidisciplinar e o uso de instrumentos como entrevistas, visitas domiciliares e institucionais, grupos de pais, oficinas temáticas, encontros mensais são instrumentos úteis à operacionalização de um plano de trabalho que precisa ter como objetivo central provocar a discussão de problemas e dificuldades presentes na vida familiar que se apresentam como impedimento - temporário ou definitivo - à permanência da criança e do adolescente sob a responsabilidade e o cuidado de seus pais e/ou responsáveis. Considera-se também importante a participação dos educadores em grupos de pais pode figurar como um fator favorável à completa (re)adaptação da criança e do adolescente ao meio familiar, na medida em que pode oportunizar trocas de experiências, escuta atenciosa e atitudes de empatia entre seus membros.

Por fim, as autoras compreendem que a saída para tantos processos de acolhimento institucional e reintegração familiar demasiadamente prolongado pode estar em mecanismos de inclusão social das famílias em sistemas que possam funcionar como bases de apoio ao desenvolvimento da criança e do adolescente, que ampliem de redes de contatos e relações sociais e disponibilizem recursos, serviços e oportunidades de crescimento pessoal para todos os seus membros. Orientam também o incentivo ao protagonismo político das famílias por meio da promoção de ações propositivas e fiscalizadoras no gerenciamento dos recursos que financiam as políticas públicas, como assembleias populares, fóruns de orçamentos participativos, audiências públicas, entre outras.

10) Observações e destaques – As autoras destacam que processos de reinserção familiar devem considerar as alterações na condição socioeconômica de famílias assistidas por programas sociais pois contribuem para melhorar a qualidade de vida de crianças, adolescentes e adultos, assegurando a sua sobrevivência de maneira mais digna. Nesse sentido, programas sociais que ofereçam, de um lado, atenção às necessidades mais prementes e estratégicas para a constituição da rede de apoio psicossocial à família, e de outro, estímulo à atuação protagônica de seus membros, podem tornar pais e filhos mais e mais capazes de se dedicar à árdua tarefa de reconstrução dos vínculos sociais e afetivos no ambiente intra ou extrafamiliar.

Ficha construída a partir de trechos extraídos do texto original.